

00011

	data	proposição Medida Provisória nº 440				
	Autores Deputado José Carlos Aleluia				nº do prontuário	
1	Supressiva	2. 🗌 substitutiva	3 X. modificativa	4. aditiva	5. 🗌 Substitutivo global	
	Página	Artigo	Parágrafo TEXTO / JUSTIFICAÇA	Inciso	alínea	
	_	Art. 2-D da Lei 440, de 29 de agosto	10.910/2004, ac	rescentado pe rando-se os de	elo Art. 2º da Medida emais:	

Múltiplas são as justificativas a que o referido art. 2-D seja suprimido do texto legal.

Primeiramente, porque os direitos adquiridos e os direitos garantidos por decisão judicial transitada em julgado constituem-se em direitos e garantias fundamentais individuais da pessoa humana, estampados no art. 5., inciso XXXVI, da Constituição da República (CR/88), quando estabelece que "a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada".

Além disso, a garantia individual de que a lei não poderá desrespeitar o direito adquirido (exemplo: direito adquirido ao recebimento de anuênios) e a coisa julgada constitui cláusula pétrea prevista no art. 60, § 4.º, inciso IV, da CR/88. Afinal, deve-se ter em mente que o instrumento que pretende fazer cessar o recebimento de tais verbas não é a norma constitucional, mas a presente Medida Provisória.

Em apertada síntese: uma lei ou medida provisória não pode prejudicar ou determinar a extinção de direitos adquiridos ou garantidos em decisões judiciais transitadas em julgado.

Ademais, constitui burla ao texto constitucional a alegação de que tais direitos serão garantidos através da criação da parcela complementar de subsídio (PCS), haja vista que se prevê a sua absorção (extinção) futura! Isso representa uma verdadeira "estratégia jurídica ilegítima e imoral" de fraudar a Constituição da República.

**PARLAMENTARES** 



e Oretoiethi demem *G174 O*